

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: REABILITAÇÃO DO TROÇO LIBERTO DA MURALHA NA COURAÇA DE LISBOA E RESPECTIVA ILUMINAÇÃO CÉNICA

Procedeu, em 2014, a Câmara Municipal de Coimbra à reabilitação do troço liberto da Muralha na Couraça de Lisboa e respetiva iluminação cénica, tendo esta tido o inerente acompanhamento arqueológico, uma vez que os trabalhos em causa incidiram sobre uma área incluída na Servidão Administrativa da Cerca de Coimbra, designadamente o Arco de Almedina (Decreto n.º 26 141, DG, I Série, n.º 287, de 10-12-1935; Decreto n.º 7 552-A, DG n.º 133, de 1-07-1921; Decreto n.º 2 789, DG, I Série, n.º 121, de 16-06-1921; Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP Portaria publicada no DG, II Série, n.º 153, de 2-07-1960 Portaria publicada no DG, II Série, n.º 269, de 17-11-1961) e na Zona Especial de Proteção da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrita na lista do Património Mundial pelo Comité do Património Mundial (UNESCO), conforme consta do Aviso n.º 14917/2013 publicado no Diário da Republica, 2.ª série - n.º 236 de 5 de dezembro de 2013.



Na terminologia associada ao estudo das fortificações dá-se o nome de “couraças” aos muros destinados a cobrir ladeiras ou a proteger a comunicação da cidade baixa para a alta. Em Coimbra foram construídas para este fim duas couraças, uma a norte (Couraça dos Apóstolos) e outra a sul (Couraça de Lisboa), tendo sido de vital importância na Idade Média (LOUREIRO, 1964).

Segundo fontes árabes, as muralhas de Coimbra seriam já de época anterior a estas, exaltando-se a situação excepcional da cidade, erguida numa zona absolutamente inexpugnável (VENTURA, 1979).



Da porta principal, Porta de Almedina, a muralha seguia pela atual Rua Fernandes Tomás até à área da Estrela onde se localizava a Porta de Belcouce; daí subia pela Couraça de Lisboa à Porta de Genicoca ou da Traição onde ficava o Castelo. Do lado este situava-se a Porta do Sol ou do Castelo; fletindo depois para noroeste percorria a Couraça dos Apóstolos até à Porta Nova, rasgada posteriormente no século XII para dar serventia ao Mosteiro de Santa Cruz. Deste local descia no sentido sudoeste em direção à porta principal (VENTURA, 1979).

Encontra-se, pelo menos desde 1194, a designação de Couraça ou Rua da Couraça (LOUREIRO, 1960). Mais tarde no século XVI, devido à sua posição, adquiriu o topónimo de Couraça de Lisboa, nome vulgarizado em meados da centúria oitocentista para a distinguir da Couraça da Estrela. Nos Anais do Município de Coimbra, a 24 de setembro de 1653, refere-se que “onde chamam a Couraça está um monte (...) por cima do qual vai uma calçada que é a melhor serventia da cidade”, sendo que “está ameaçando ruína e em partes se vai desfazendo pelo que é necessário fortificar-se de maneira que fique seguro e se não perca a dita serventia” (LOUREIRO, 1940: 247). Também nos Anais do Município de Coimbra, desta feita a 2 de junho de 1861 e 22 de março de 1901 são referidas ordens para reparar novamente o muro da Couraça de Lisboa (LOUREIRO, 1973: 360; LOUREIRO, 1939: 210). Até à abertura da Avenida Emídio Navarro esta zona, sobretudo do Largo da Estrela à Rua da Alegria, foi bastante movimentada e importante fazendo o vínculo à estrada da Beira. No âmbito de um projecto que acabou por não se realizar, e dentro da reforma pombalina, a muralha ao longo da Couraça de Lisboa foi rebaixada (Duarte, 2005).

O espaço ocupado pela Couraça de Lisboa constitui um declive acentuado com constantes problemas de segurança. Durante o período de chuvas ocorriam desmoronamentos com alguma frequência (CORREIA, 1952). Por outro lado, ainda no século XIX, o arranque de pedra da encosta e da própria muralha era uma realidade que se procurou combater, em especial na zona do Chichorro (Quinchorro) (LOUREIRO, 1973). Para evitar a degradação das muralhas e das torres da cerca, ao longo de diversos reinados, nomeadamente no de D. Fernando I e de D. Manuel I, são realizados trabalhos de reparação e algumas alterações (LARCHER, 1935).

A Couraça de Lisboa, apesar de manter um traçado bastante primitivo, é circundada por imóveis construídos fundamentalmente nos séculos XIX e XX.

A proposta em apreço para reabilitação do troço liberto da muralha na Couraça de Lisboa e respetiva iluminação cénica inseriu-se na intenção da Câmara Municipal de Coimbra de reabilitar e reanimar as estruturas remanescentes da ‘Cidade Muralhada’.



Desta forma, foi desenvolvido o projeto sobre dois aspetos complementares: a reabilitação parcial da muralha e a aplicação de iluminação cénica no pano de muralha e nas escadas do Quinchorro.

Procedeu-se à remoção da vegetação parasitária, árvores e arbustos, assim como do entulho e lixo que povoavam o percurso. Os panos em pedra receberam o tratamento adequado no respeitante a alvenarias, revestimentos e pinturas. No sentido de qualificar o percurso inferior, de forma digna e integrada, aplicou-se, no pavimento, calçada de seixo rolado, assente à sorte.

Relativamente à iluminação cénica, aplicou-se um conjunto de elementos metálicos contendo a tubagem técnica necessária, fixos por abraçadeiras.

Os trabalhos arqueológicos, da responsabilidade científica do arqueólogo Sérgio Madeira, consistiram no efetivo acompanhamento de todos os trabalhos, com vista à salvaguarda do património arqueológico eventualmente detetado, bem como à procura da identificação e ao registo das realidades arqueológicas eventualmente existentes em toda a área de intervenção, passando este processo pelo respetivo registo fotográfico, gráfico e topográfico.

Pela complexidade do espaço em apreço, o estudo dos trabalhos executados reclama uma análise tripartida da qual deverão ser tidos em conta a constituição dos alçados existentes, a orografia e constituição geológica do terreno e o historial desta área da cidade.

Na análise de qualquer linha de defesa, a sua relação com a orografia onde se implanta é fundamental e no caso em apreço tal não é exceção. A Couraça de Lisboa implanta-se numa acentuada encosta cujo substrato rochoso é o calcário dolomítico típico da cidade de Coimbra, do qual são visíveis blocos ora em bruto, ora facetados englobados nos paramentos.

Para além do acentuado declive, o troço reabilitado da Couraça de Lisboa nos presentes trabalhos revestiu-se de uma outra característica que é o facto de ter integrado o topo de uma cinta defensiva couraçada que se prolongava até ao Mondego, criando um acesso protegido ao rio para os mais diversos efeitos (visível ainda em várias gravuras dos séculos XVI e XVII).

Conforme anteriormente frisado no enquadramento histórico do espaço em estudo, desde sempre, durante o período de chuvas, ocorriam aí desmoronamentos com alguma frequência (CORREIA, 1952) e, desde cedo, para evitar a degradação das muralhas e das torres da cerca, ao longo dos diversos reinados, nomeadamente no de D. Fernando I e de D. Manuel I, foram realizados trabalhos de reparação e algumas

alterações (LARCHER, 1935). Mediante os Anais do Município de Coimbra, já em 1653 é referido que “onde chamam a Couraça (...) está ameaçando ruína e em partes se vai desfazendo pelo que é necessário fortificar-se de maneira que fique seguro e se não perca a dita serventia” (LOUREIRO, 1940: 247). Também nos Anais do Município de Coimbra, desta feita em 1861 e em 1901 são referidas ordens para reparar novamente o muro através de reconstrução e revestimento da Couraça de Lisboa a ameaçar ruína (LOUREIRO, 1973: 360; LOUREIRO, 1939: 210-11). No entanto, dentro da reforma pombalina no século XVIII, a muralha ao longo da Couraça de Lisboa terá sido rebaixada (DUARTE, 2005) e, por outro lado, ainda no século XIX, o arranque de pedra da encosta e da própria muralha era uma realidade que se procurou combater, em especial na zona do Chichorro (Quinchorro) (LOUREIRO, 1973). Atualmente, apesar de manter *grosso modo* o traçado primitivo, a Couraça de Lisboa mostra-se o resultado de todas essas e outras alterações, circundada por imóveis construídos fundamentalmente nos séculos XIX e XX.

O pano em estudo apresenta forma trapezoidal segundo a sua projeção vertical. Com uma extensão de 60 m de comprimento, a sua altura varia entre os 5 m no seu limite nascente (junto às Escadas do Quinchorro) e os 15 m a poente.

Este troço apresentava-se deteriorado, com bastante fragmentação e juntas em falta, em grande parte resultantes da compressão da calçada que sustenta, sujeita ao constante tráfego automóvel, e infestado com vegetação, também influente na desintegração das argamassas e material pétreo.

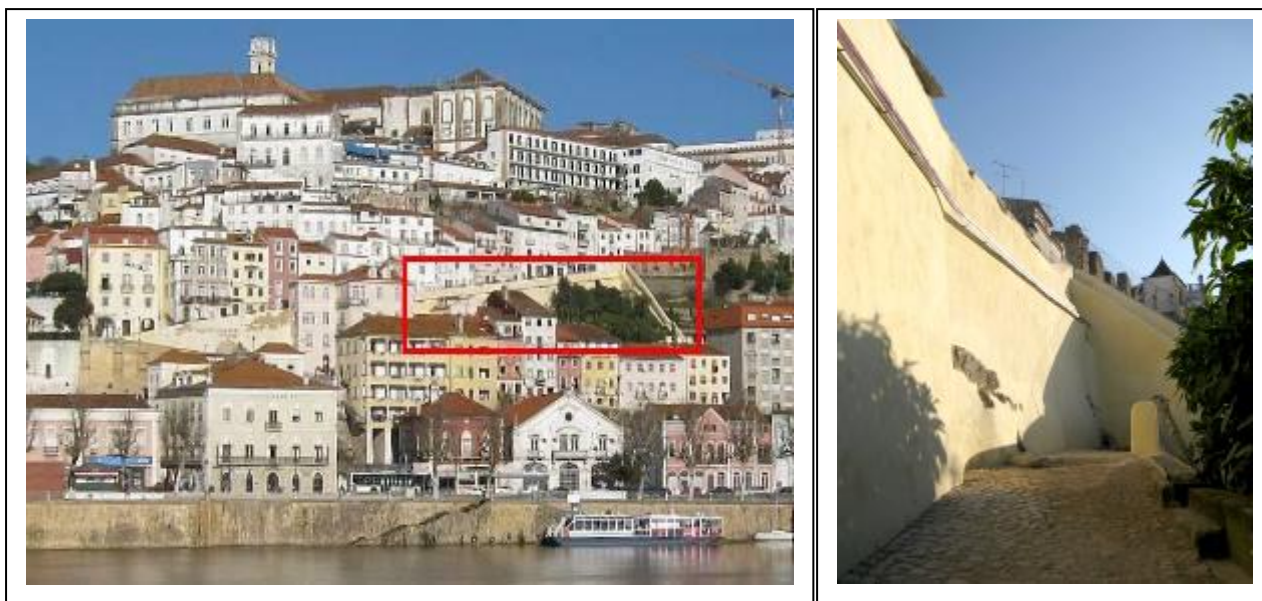


O que salta à vista são as múltiplas remodelações aí desenvolvidas ao longo dos séculos, com vista à reconstrução, reforço e adaptação da cortina, mediante a necessidade ou abdicação de defesas, ruína, delapidação ou perigo de colapso dos acessos e alargamento da rua. Assim, mais do que uma reminiscência do passado primevo da cidade de Coimbra, este espaço engloba uma resenha dos vários momentos da História, passando, mediante o que se afigura após o estudo dos vários paramentos em sintonia com as várias fontes históricas, pelos reinados de D. Fernando I e D. Manuel, reforma pombalina e urbanismo dos séculos XIX e XX.

O espaço em apreço corresponderia, também, ao topo de uma cinta defensiva couraçada que se prolongava até ao Mondego, criando um acesso protegido ao rio para os mais diversos efeitos (visível ainda em várias gravuras dos séculos XVI e XVII), num acesso ziguezagueante da base da encosta até ao seu topo, ainda hoje cristalizado nos vários patamares ocupados por hortas e quintais. Uma alternativa a esse acesso foi assumida através da abertura das Escadas do Quinchorro em 1884, ainda hoje aí situadas.

A reabilitação deste troço da Couraça de Lisboa reverte-se, assim, de particular importância para a sua valorização enquanto testemunho de épocas passadas, essencial para a identidade não só local como nacional.

Há, porém, que atentar na necessidade de estender, mediante as devidas oportunidades, o estudo arqueológico aos quintais que medeiam a Couraça de Lisboa e a Rua da Alegria para sul e para nascente das Escadas do Quinchorro, por forma a completar e confirmar os apontamentos agora apresentados.





NOTA: O Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos referente ao presente estudo encontra-se disponível para consulta na Divisão de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ALARCÃO, J. de (2008), *Coimbra – A montagem do Cenário Urbano*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, A. (1952), *Toponímia Coimbrã: Zona da Universidade*, Vol. II, Coimbra, Ed. Biblioteca Municipal.
- DUARTE, B. (2005), “Coimbra, Cidade Muralhada”. *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXXVIII, Câmara Municipal de Coimbra, p. 93-108.
- GONÇALVES, A. N. (1944), *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra.
- LARCHER, J. (1935), *Castelos de Portugal – Distrito de Coimbra*.
- LOUREIRO, J. P. (1964), *Toponímia de Coimbra*, Vol. II, Coimbra.
- LOUREIRO, J. P. (1940), *Anais do Município de Coimbra: 1640-1668*, Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra.
- LOUREIRO, J. P. (1939), *Anais do Município de Coimbra: 1890-1903*, Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra.
- LOUREIRO, J. P. (1973), *Anais do Município de Coimbra: 1840-1869*, Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra.
- PETIZ, A. P. (1985), *Aeminium*, Seminário de Pré-Profissionalização - IV, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- SOARES, A. F. *et al.* (1985), “Contribuição para o conhecimento geológico da cidade de Coimbra”, *Memórias e Notícias*, Mus. Lab. Mineral, U. C., nº 100, Coimbra, p. 41-72.
- VENTURA, L. (1979), “A Muralha Coimbrã na Documentação Medieval”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, p. 43-56.